

RECURSO ESPECIAL Nº 1.772.859 - RO (2018/0272125-3)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : WELLINGTON DE LIMA MATOS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO

WELLINGTON DE LIMA MATOS interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia** (Apelação Criminal n. 1002187-67.2017.8.22.0005).

Consta dos autos que o recorrente foi condenado pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, III, ambos da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas cometido em estabelecimento prisional).

Nas razões do recurso especial, a defesa aponta violação do art. 40, III, da Lei n. 11.343/2006, sob o argumento de que o aumento de pena em decorrência da majorante prevista no referido dispositivo "não pode ser direcionado a apenas cumprindo pena em determinado presídio, apenas a terceiros em visitação" (fl. 176).

Requer, assim, o provimento do recurso, para que seja afastada a majorante descrita no inciso III do art. 40 da Lei de Drogas.

Contrarrazões às fls. 180-184 e decisão de admissibilidade à fl. 186.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso.

Decido.

De plano, verifico que o pretendido afastamento da majorante prevista no inciso III do art. 40 da Lei de Drogas **não foi analisado pelo Tribunal de origem**, o que impede a apreciação dessa questão diretamente por esta Corte Superior de Justiça, **por ausência de prequestionamento**.

Registro, por oportuno, que a defesa, em seu recurso de apelação, **pleiteou apenas a absolvição do acusado**, conforme se verifica

das respectivas razões recursais, aqui juntadas às fls. 129-136. Na ocasião, sustentou apenas a insuficiência de provas para concluir pela condenação, fazendo menção à necessidade de incidência do princípio *in dubio pro reo*. Ou seja, em nenhum momento, se insurgiu contra qualquer questão relativa à dosimetria da pena. Também não foram opostos embargos de declaração ao acórdão da apelação.

Conforme reiterada jurisprudência desta Corte, para atender ao requisito do prequestionamento, é necessário a questão haver sido objeto de debate pelo Tribunal de origem, à luz da legislação federal indicada, com emissão de juízo de valor acerca do dispositivo legal apontado como violado, o que não ocorreu na espécie.

Incidem nesse ponto, portanto, os óbices das **Súmulas n. 282 e 356, ambas do STF**, aplicadas por analogia ao recurso especial: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada" e "O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento".

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, c/c o art. 3º do Código de Processo Penal, e no art. 34, XVIII, "a", do RISTJ, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**